

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : CLEITON DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA CONSUMO. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO IMPUGNAM TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **CLEITON DE SOUZA**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (fl. 155):

"Apelação criminal. Tráfico de drogas. Desclassificação. Posse de entorpecente para consumo. Circunstâncias do crime. Improcedência. Pena de multa. Redução. Impossibilidade.

1. Inviável a desclassificação para o delito de posse de drogas para consumo próprio quando as circunstâncias e demais elementos do crime apontem para a prática do tráfico de entorpecentes.

2. A multa é pena cumulativa com a pena corporal, prevista no preceito secundário do tipo, cuja exclusão é defesa em respeito ao princípio constitucional da legalidade."

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustenta violação ao art. 28 da Lei n. 11.343/2006, ao argumento de que o v. acórdão guerreado indevidamente entendeu que a conduta do recorrente se enquadra no delito de tráfico de drogas, pleiteando a desclassificação para a posse de substância entorpecente para uso próprio (fls. 163-170).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 174-179), o recurso foi parcialmente admitido na origem e os autos encaminhados a esta Corte

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo **não conhecimento** do recurso especial (fl. 194).

É o relatório.

Decido.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado, em primeiro grau, à pena de **5 (cinco) anos de reclusão**, em regime inicial fechado, além do pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, pelo delito previsto no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 105-108).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** negou provimento ao apelo da defesa, mantendo a sentença condenatória (fls. 155-160).

A parte recorrente alega que deve ser reconhecida a desclassificação do delito imputado (art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006) para aquele previsto no art. 28 da mesma Lei, ao argumento de que a conduta do recorrente se enquadra no delito de posse de substância entorpecente para uso próprio, visto que há ausência de provas quanto à traficância.

O eg. Tribunal **a quo** assim se manifestou sobre o ponto (fls. 158-159, grifei):

"Em primeiro momento a defesa afirma que as drogas apreendidas na posse do apelante eram destinadas apenas para consumo. Sobre essa circunstância, ambos declararam em seus interrogatórios em Juízo que são apenas usuários.

Quando interrogado, o apelante declarou que a droga apreendida consigo era destinada apenas para seu consumo, tendo adquirido-a por R\$50,00 (cinquenta reais) na praça da estrada de ferro e a levou para o local dos fatos para fazer uso na companhia de Valclei, todavia logo após chegar a polícia foi ao local e o deteve, confirmando que chegou a jogar a droga em um terreno vizinho durante tentativa de fuga.

A testemunha Sérgio Antônio Vieiro declarou que o apelante já era alvo do setor de investigação há algum tempo e no dia dos fatos uma pessoa denunciou que ele faria uma entrega de drogas no "fumódromo do Ramiro". Deram início às diligências e ao chegar no local dos fatos, ele tentou empreender fuga, pulando muros e cercas, sendo detido duas quadras depois. Durante a perseguição, visualizou o apelante desfazendo-se de uma embalagem. Após detê-lo, voltou ao lugar onde o viu lançando o invólucro e

encontrou as seis porções de maconha mencionadas na denúncia. A investigação demonstrou que o apelante fazia entregas no sistema "delivery" motivo pelo qual ele sempre transitava com pouca droga, mas já era investigado desde o ano 2016, sendo abordado, sem sucesso, outras vezes antes dos fatos.

Embora alegue em sua autodefesa que a droga era destinada apenas a seu consumo, verifico que a conduta do apelante transborda aquela esperada para o tipo penal do art. 28 da Lei n 11.343/2006, porquanto a abordagem dos policiais a ele não foi um mero acaso, mas decorreu de denúncia anônima, a qual narrava que o apelante realizava o tráfico de drogas naquela região, realizando entregas em domicílio. Não por acaso, ele fora encontrado em um local conhecido por "fumódromo do Ramiro", na posse de seis parangas de maconha que totalizavam 9g (nove gramas) em peso bruto. Colhe-se ainda da fase policial (fl. 06), que o informante John Lenon confirmou que a droga apreendida pertencia ao apelante que, apesar de já ter sido preso por tráfico, estava novamente praticando este ilícito.

Diante destas provas, com relevo para a palavra do policial em Juízo e o depoimento extrajudicial de um dos supostos usuários, compreendo que a sentença não merece reparos neste ponto. Ressalto que o entendimento jurisprudencial é pacífico sobre a validade e eficácia do depoimento prestado pelo policial, o qual deve ser tido por verdadeiro até prova em contrário, uma vez que sua condição funcional não o torna testemunha inidônea ou suspeita.

[...]

Deste modo, compreendo que as provas dos autos são suficientes para sustentar o decreto condenatório, conforme já decidido pelo Juízo de primeiro grau."

Como se vê do excerto em referência, o eg. Tribunal de origem, apreciando detalhadamente as provas produzidas nos autos, concluiu pela caracterização do delito de tráfico de drogas, dando ênfase no depoimento policial.

Desse modo, os fundamentos ora destacados do v. acórdão, os quais, **per se**, sustentam o **decisum** impugnado, não foram especificamente atacados pelo recorrente, razão pela qual o recurso não pode ser conhecido, pela aplicação, por analogia, do Enunciado n. 283 da Súmula do c. Supremo Tribunal Federal: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Nesse sentido, cito os vv. acórdãos desta Corte:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE ABSOLUTA DECORRENTE DE VIOLAÇÃO DO ART. 422 DO CPP. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO. SÚMULA 83/STJ. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A Lei Processual Penal em vigor adota, em sede de nulidades processuais, o princípio pas de nullité sans grief, segundo o qual somente há de se declarar a nulidade se, alegada em tempo oportuno, houver demonstração ou comprovação de efetivo prejuízo para a parte, o que, conforme as premissas delineadas no acórdão, não ocorreu, na espécie. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. A ausência de impugnação específica a um ou mais fundamentos do acórdão impugnado, suficientes por si sós para manter o julgado, atrai a incidência da Súmula 283 do STF, por analogia.

3. Agravo regimental improvido." (AgInt no AREsp n. 1.208.397/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 15/5/2018, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 283/STF. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS, DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. As razões do recurso especial não rebateram de forma específica fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, circunstância que atrai a incidência da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. "É descabido postular a concessão de habeas corpus, de ofício, como forma de tentar burlar a inadmissão do recurso especial".

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp n. 1.051.954/SC, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 19/12/2017, grifei).

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso I, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do recurso especial.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

